



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I
Disposições gerais

CAPÍTULO IX
Outras disposições

Artigo 138.º-A

Programa de Venda de Energia Elétrica no Setor Doméstico via Autoconsumo

1. O Governo em 2023 toma as diligências necessárias para assegurar a paridade entre o preço de compra e o de venda no que respeita aos excedentes de produção de energia elétrica, das unidades de produção para autoconsumo (UPAC).
2. O Governo procede, ainda, a ações de sensibilização de âmbito nacional no âmbito da promoção das soluções de autoconsumo de energia, mormente no que concerne aos custos na dupla óptica de consumidor e produtor e dos inerentes impactes ambientais e económicos.

Nota justificativa:

A fatura da eletricidade aumentou em 2022 para a generalidade dos consumidores, sendo que, já estão a sentir o adicional da cobrança de uma nova parcela adicional, que resulta da aplicação do mecanismo ibérico de ajuste de preços, no âmbito do acordo celebrado entre Portugal e Espanha.¹

A cobrança da nova parcela do mecanismo de ajuste pode ser feita por todos os comercializadores de eletricidade nos contratos celebrados ou renovados depois de 26 de abril, que tende a repetir-se em todas as faturas em todas as faturas até maio de 2023.

Perante este cenário, a implementação de soluções de autoconsumo de energia elétrica pode levar à significativa redução das inerentes faturas de energia elétrica, desde que a unidade de

¹ Segundo dados da DECO PROTESTE “Nos primeiros meses em que este mecanismo foi aplicado, por cada 100 kWh de eletricidade consumida, foram cobrados entre 9 e 15 euros adicionais para pagamento do mecanismo de ajuste nas comercializadoras que já refletem esta cobrança nas faturas de eletricidade, a que se há que somar o IVA”.



produção seja dimensionada, tendo em conta as reais necessidades de consumo da instalação e a localização do imóvel.

O autoconsumo de energia que tem por base o Decreto-Lei 162/2019, de 25 de outubro², objetiva promover e disseminar a produção descentralizada de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia.

Alcançar uma quota de 47% de energia proveniente de soluções renováveis no consumo final em 2030 “implica que no setor elétrico as renováveis contribuam com pelo menos 80% da produção de eletricidade. Neste sentido, o contributo da produção descentralizada – apenas possível através do regime estatuído neste Decreto-Lei – será fundamental para alcançar este objetivo, pelo que a capacidade instalada, nomeadamente no solar, deverá atingir pelo menos 1 GW em 2030”, como plasmado neste diploma.

Deste modo, a produção distribuída está dividida em dois tipos:

1. Produção de eletricidade através de unidades de pequena produção (UPP) com uma só tecnologia renovável, onde a totalidade da energia produzida é vendida à rede elétrica de serviço público (RESP).

A potência de ligação à rede terá de ser igual ou inferior a 250 kW e a energia consumida na instalação de utilização igual ou superior a 50% da energia produzida, onde toda a energia produzida será vendida à rede, pela remuneração geral ou pela remuneração obtida com base num modelo de licitação, no qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência, sendo esta fixada segundo o maior desconto oferecido.

2. Produção de eletricidade para autoconsumo através de unidades de produção para autoconsumo (UPAC), tendo por base soluções de produção de energia renováveis ou não renováveis, tendo como destino predominante o autoconsumo na instalação de utilização associada, permitindo injetar na rede o excedente produzido.

A energia excedente do autoconsumo pode ser transacionada através de contrato de aquisição de energia renovável, através do participante no mercado contra o pagamento de um preço acordado entre as partes, ou através de um facilitador de mercado.

Contudo, verifica-se que a energia elétrica vendida à RESP não coincide com a que é faturada ao consumidor e que é detentor de uma UPAC. O exposto revela ser uma grande injustiça dado que, se está a produzir e a injetar energia que não se armazena e que não se consome, a um valor muito inferior ao da tarifa contratada.

²Este Decreto-Lei faz uma transposição parcial da Diretiva 2018/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, a qual “frisa a crescente importância do autoconsumo de eletricidade renovável, consagrando a definição dos conceitos de autoconsumidores de energia renovável e de autoconsumidores de energia renovável que atuam coletivamente, bem como de comunidades de energia renovável”.

A referida diretiva prevê “um quadro normativo que permite aos autoconsumidores de energia renovável produzir, consumir, armazenar, partilhar e vender eletricidade sem serem confrontados com encargos desproporcionados”.



Como exemplo, uma UPAC com uma potência instalada de 1800w com uma taxa de aproveitamento para autoconsumo de 40%, traduz-se num excesso de produção média de 130 quilowatts-hora (kWh) por mês.

Pelo exposto e considerando que o autoconsumo se traduz numa solução para os consumidores reduzirem o impacto do aumento da eletricidade, incentivando a criação de um mercado solar fotovoltaico sustentável, deve-se priorizar a paridade entre o preço de compra e de venda dos excedentes de produção de energia elétrica, de modo a ser economicamente vantajoso para as famílias portuguesas.

São Bento, 11 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro
- Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui
Paulo Sousa